

Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX¹

Marcos Ferreira de Andrade - UFSJ

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em discutir a importância das grandes unidades escravistas do Sul de Minas Gerais, as opções de investimento das famílias mais abastadas e a origem das fortunas, na primeira metade do século XIX. As informações foram analisadas de modo agregado para os 64 maiores escravistas do termo da vila de Campanha, buscando-se destacar a concentração da riqueza nas mãos deste pequeno grupo, cotejadas a partir dos inventários *post mortem*.

Palavras-chave: Elite escravista – Negócios – Família – Sul de Minas Gerais

Área Temática: 1. História Econômica e Demografia Histórica

¹ Este tópico constitui parte do capítulo II de minha tese de doutorado, defendida em 2005 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, e publicada pelo Arquivo Nacional, em 2008. Ver *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

1. Introdução

Antes de analisar os dados agregados para os maiores 64 proprietários escravistas do termo da vila de Campanha da Princesa, é importante definir o que estou chamando de elite, já que o conceito é complexo e diverso e depende muito dos aspectos que se quer abordar. Considerei as unidades com escravarias a partir de 20 cativos como pertencentes à elite do sistema escravista regional, levando em consideração as fontes pesquisadas e os estudos demográficos existentes não só para Minas Gerais, mas também para outras áreas escravistas do Império². O critério de escolha, para definir como grande proprietário aquele senhor que possuía 20 escravos ou mais, está diretamente relacionado à minha pesquisa com as fontes. Pude verificar, nos inventários de Campanha, que a maioria das grandes unidades escravistas oscilavam em torno deste número, ou seja, dos 64 maiores proprietários, 35 (56%) possuíam de 20 a 29 escravos, concentrando 943 (40%). As unidades com mais de 30 somavam 15 (24%), concentrando 588 (30%). Também havia um número expressivo de senhores com mais de 50 escravos. Tratava-se de 13 (20%) proprietários que concentravam 826 (30%) deles. Para Campanha, localizei apenas um proprietário que possuía acima de 100 escravos.

Embora os inventários não sejam a melhor documentação para discutir estrutura de posse de escravos, o que importa destacar é que, neles, os níveis de concentração da propriedade escrava são muito expressivos e revelam a importância econômica da região na primeira metade do século XIX. Mais de 12% dos senhores detinham mais de 45% da escravaria do município, ou seja, 64 proprietários concentravam 2.357 cativos.

Neste trabalho, interessa-me discutir o funcionamento das grandes unidades escravistas, as opções de investimento dos grandes proprietários e a composição da riqueza que é possível depreender da análise dos inventários *post mortem* dos proprietários mais abastados da área em estudo, além de situar alguns exemplos no sentido de ilustrar as questões apontadas. Embora esteja partindo do parâmetro econômico para definir as famílias que faziam parte da elite escravista, outros aspectos não devem ser desconsiderados, como, por exemplo, o prestígio da família, a ocupação de cargos políticos, administrativos, civis e eclesiásticos e o acesso à escolaridade³.

2. Opções de investimento e composição da riqueza

Antes de proceder ao estudo dos dados, creio ser necessário tecer alguns esclarecimentos sobre os ativos que compunham a riqueza dos proprietários sul-mineiros e sobre a periodização estabelecida⁴. Considerei três subperíodos, com o

² Renato Leite Marcondes, ao estudar a gestão da economia cafeeira no vale do Paraíba paulista, mais precisamente em Lorena, constatou que, em 1829, o maior nível de concentração da escravaria estava entre os proprietários que possuíam 20 escravos ou mais. Ver MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba, século XIX*. Lorena/SP: Editora Stiliano, 1988, pp. 89-91.

³ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 207. Estes aspectos foram abordados no capítulo IV do livro, quando reconstituiu parte da trajetória da família Junqueira, com destaque para um de seus membros, que teve atuação expressiva no cenário político regional e nacional. Ver *Elites Regionais...*

⁴ Existem alguns trabalhos que já se tornaram referência para o estudo da composição da riqueza a partir dos inventários e que foram de grande utilidade para esta discussão. Ver MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1990; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. ver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia – século XIX: uma província no Império*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Duas teses relativamente recentes que tratam especificamente da Comarca do Rio das Mortes, também apresentam

objetivo de detectar as mudanças na composição das fortunas e, conseqüentemente, o percentual que cada rubrica representou no total dos bens, especialmente em relação aos escravos, pois o período em estudo é marcado por profundas transformações na conjuntura nacional e internacional e que tiveram influência no preço dos cativos e na demografia do tráfico.

Para o primeiro subperíodo (1803-1830), o marco final é o tratado antitráfico estabelecido com a Inglaterra em 13 de março de 1827, que, em seu artigo primeiro, afirmava que o tráfico seria considerado ilegal no prazo de três anos. Após a abolição do tráfico internacional de escravos para as colônias britânicas, em 1807, a Inglaterra iniciou uma intensa campanha para pôr fim a este tipo de comércio em outras colônias, buscando neutralizar as vantagens dos produtores de açúcar, principalmente do Brasil e de Cuba. Já em 1810, D. João assumiu o compromisso de cooperar com a Inglaterra na abolição gradual do tráfico para o Brasil, mas sem resultados práticos. A questão é novamente colocada para o reconhecimento da Independência do país, em 1822, mas as discussões perduraram por mais quatro anos, quando foi assinado o tratado antitráfico, ratificado pelo governo inglês em 13 de março de 1827. Embora este acordo tenha passado para a história como a lei “para inglês ver”, certamente teve um papel importante, especialmente na elevação do preço da mão-de-obra escrava e na entrada maciça de cativos⁵.

O segundo subperíodo (1831-1850) compreende as duas últimas décadas de vigência do tráfico, momento em que a entrada de africanos no país atinge níveis elevados, em função da conjuntura internacional desfavorável ao tráfico negreiro internacional, fazendo com que negociantes escravistas burlassem a legislação e possibilitassem um aumento nas cifras anuais de desembarque de cativos no Brasil⁶. E o último (1851-1865) merece destaque por ser uma conjuntura pós-tráfico internacional de cativos, quando o preço da mão-de-obra escrava atinge níveis mais altos e os escravos terão um peso maior na composição das fortunas.

Quanto às rubricas estabelecidas, também é necessário fazer alguns esclarecimentos. “Dinheiro” e “ações” foram considerados em separado, no sentido de se verificar a representação de cada uma delas ao longo do período estudado. Optei por agregar “utensílios, móveis e ferramentas” porque, na maioria das vezes, estes bens vinham descritos quase sempre em conjunto e possuíam uma representação pequena, em termos de valor, no total dos bens⁷. A rubrica “comércio” se refere exclusivamente

estudos sobre a composição da riqueza na região a partir dos inventários. Ver GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001. Também gostaria de registrar um estudo inédito recente sobre o Sul de Minas, que aborda particularmente a região de Itajubá, onde são discutidos, dentre outros temas, a composição da riqueza a partir dos inventários *post mortem*. Ver: CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira Itajubá - 1785-1850*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

⁵ Uma boa discussão sobre o assunto pode ser encontrada em FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 41-44.

⁶ Segundo Manolo Florentino os “compradores de africanos acreditavam no fim próximo e definitivo do comércio negreiro, e que tal crença refletiu no mercado de africanos entre 1826 e 1830”. O autor também comenta as cifras anuais de entrada de escravos, demonstrando que, entre 1846 e 1850, esta cifra atingiu uma média anual de quase 50 mil africanos desembarcados no Brasil. *In Em costas negras...*, pp. 43-44.

⁷ Estes itens foram investigados com maior detalhamento no capítulo III, em que abordei os hábitos, costumes e os modos de vida deste grupo, analisando o que havia no interior das “casas de morada” das fazendas e nas “casas da vila” e o vestuário. Ver *Elites Regionais...*

aos bens existentes nas casas de negócio de “secos e molhados”. Também optei por agregar “produção, plantação e mantimentos”, compreendendo tanto a produção dos engenhos (açúcar, rapadura e aguardente) quanto a das fazendas (queijos, milho, feijão, arroz). As plantações, seja de alimentos, café, fumo e cana, também estão incluídas nesta rubrica, assim como o sal, embora seja um artigo importado⁸. Optei por separar imóveis rurais e urbanos para distinguir as propriedades rurais das classificadas como “casas de morada na vila”. Entre os imóveis rurais estão incluídas não só as terras, mas também as casas de vivenda, bem como as demais benfeitorias das fazendas, como os engenhos, os moinhos, os monjolos, as senzalas, etc.

Embora esteja trabalhando com um grupo bastante reduzido e que concentrava grande parte da riqueza, seja em escravos ou terras⁹, existem algumas diferenças marcantes no próprio grupo que necessitam ser apontadas. Referem-se tanto ao valor das fortunas acumuladas, quanto às categorias socioeconômicas que concentravam maior riqueza. Procurei estabelecer uma classificação das fortunas, no sentido de perceber as mudanças ao longo do período estudado¹⁰. O que era um homem rico naqueles tempos? Evidentemente, passava pelo critério da posse de “homens e terras”, já que se tratava de uma sociedade escravista. Como já foi mencionado, considere como mais afortunados os proprietários que detinham 20 cativos ou mais. Kátia Mattoso, ao analisar os inventários da cidade de Salvador, chega à conclusão de que, na primeira metade do século XIX, poderia ser considerado homem rico quem possuísse mais de 10:000\$000 (dez contos de réis)¹¹.

⁸ Os animais (gado vacum, cavalari, muar e caprino) foram analisados de forma mais detalhada em tabela em separado, quando discuti a importância da agropecuária e do comércio de tropas na região e não constam deste trabalho. Para considerações mais aprofundadas sobre o assunto, ver *Elites Regionais...* cap. II.

⁹ Ver capítulo I, na parte referente à estrutura de posses de cativos.

¹⁰ Com base no valor líquido do monte-mor dos inventários, adaptei a classificação das fortunas adotadas por Kátia Mattoso para a cidade de Salvador, Província da Bahia. Ver *Bahia, século XIX...*, pp. 605-615.

¹¹ É importante mencionar que não estou desconsiderando as diferenças regionais nem a importância socioeconômica de Salvador, Bahia, no século XIX. Além do mais, é preciso salientar que estou trabalhando com uma área quase que estritamente rural e voltada para o abastecimento interno, embora existam alguns poucos inventários de comerciantes que residiam na vila. Mas nem por isto a contraposição dos dados encontrados para as duas áreas deixa de fazer sentido. Guardadas as devidas diferenças na classificação das fortunas, considere apropriado adaptar a classificação adotada pela autora, em virtude do valor das fortunas acumuladas pelos proprietários sul-mineiros ao longo da primeira metade do século XIX. Também gostaria de deixar claro que não fiz conversão para libras, porque o objetivo principal da análise consiste em verificar a importância dos ativos na composição das fortunas e não propriamente os valores nominais. Para a flutuação cambial da moeda brasileira ao longo do século XIX, ver a tabela reproduzida por MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254.

Na tabela I, pode-se perceber que, no primeiro subperíodo, as fortunas de nível médio representavam a maior parte (23%) dos inventariados, embora a concentração maior da riqueza (53%) estivesse nas mãos de um proprietário somente. Os menores valores das fortunas neste subperíodo podem ter sua explicação no preço ainda relativamente baixo da mão-de-obra escrava nas primeiras décadas do século XIX.

Também o número reduzido de inventários pode ter tido influência no resultado encontrado. Terei oportunidade de abordar, mais adiante, o peso que a mão-de-obra escrava tinha na composição das fortunas. É uma constatação mais ou menos óbvia, uma vez que estamos tratando de uma sociedade escravista, na qual o braço cativo é peça fundamental para funcionamento e manutenção do sistema e ampliação da fortuna dos senhores.

Já para o segundo subperíodo, com um maior número de inventariados, constata-se uma elevação considerável no nível da riqueza. Todas as fortunas acumuladas são acima de 10:000\$000 (dez contos de réis). Embora as fortunas médias altas representem a metade do total de inventariados, sete proprietários, que possuíam acima de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), concentravam 41% da riqueza. Estas mudanças sinalizam que algumas atividades econômicas praticadas na região, especialmente as ligadas à agricultura e à pecuária, possibilitaram o enriquecimento de alguns proprietários. Os níveis desta acumulação podem ser percebidos no subperíodo seguinte, quando as faixas mais altas de riqueza aumentaram visivelmente. Embora os proprietários com fortuna acima de 10:000\$000 (dez contos de réis) representassem a maioria (46%), somente cinco (19%) concentravam 48% de toda a riqueza acumulada no período. É justamente nesta época que encontrei um grande número de indivíduos que possuíam as maiores fortunas, ou seja, valores acima de 100:000\$000 (cem contos de réis)¹².

¹² Afonso Alencastro Graça Filho encontra um monte-mor médio para os 103 maiores fazendeiros sanjoanenses de 39:942\$525 (trinta e nove contos, novecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco réis), na primeira metade do século XIX, e de 80:308\$893 (oitenta contos, trezentos e oito mil, oitocentos e noventa e três réis), na segunda metade. Para Campanha, encontrei o seguinte resultado: 44:804\$771 (quarenta e quatro contos, oitocentos e quatro mil, setecentos e setenta e um réis) para a primeira metade do XIX e, para o período de 1850-1865, 83:280\$,936 (oitenta e três contos, duzentos e oitenta mil, novecentos e trinta e seis réis). São valores bem aproximados, embora um pouco maiores do que os encontrados para a Vila de São João del Rei, mas são indicativos do potencial destas unidades produtivas voltadas para o abastecimento interno. Ver *A princesa do Oeste...*

Tabela I
Classificação das fortunas (em contos de réis), nos inventários com 20 escravos ou mais - Campanha (1803-1865)

Classificação	1803-1830			1831-1850			1851-1865		
	N. de Inv.	%	Valor	N. de Inv.	%	Valor	N. de Inv.	%	Valor
Médias (até 10:000)	3	50	22.115\$435						
Médias Altas (10:000 a 50:000)	2	33	22.902\$839	24	75	717.067\$833	12	46	379.127\$320
Grandes (50:001 a 100:000)	1	17	50.363\$336	7	22	583.559\$264	9	35	661.966\$348
Maiores fortunas (acima de 100:001)				1	3	132.828\$570	5	19	958.294\$992
Total*	6	100	95.381\$610	32	100	1.433.455\$667	26	100	1.999.388\$660

Fonte: Inventários *post mortem* de Campanha, Centro de Memória Cultural do Sul de Minas - CEMEC-SM

*Monte-mor bruto. Não estão incluídos valores correspondentes às dívidas passivas, nem aos dotes.

De acordo com a classificação, quais eram as atividades econômicas principais deste grupo? Conforme já foi constatado, acima de 40% dos inventariados mais ricos estavam relacionados diretamente às atividades de engenho. Os 64 indivíduos mais ricos do sul de Minas podem ser assim classificados: 29 (45%) donos de engenho, 26 (40%) agropecuaristas, 6 (9%) mineradores e três (5%) comerciantes. Das seis maiores fortunas do Termo da Vila da Campanha, cinco tiveram origem na atividade agrária, sendo três senhores de engenho e dois agropecuaristas. Somente uma teve origem em negócios mercantis. Os níveis de concentração da riqueza neste pequeno grupo também são expressivos, como já foi constatado. Tais dados apontam a importância destas unidades escravistas agropastoris e de sua capacidade na geração de riqueza e articulação com o abastecimento interno.

João Luis Fragoso constata, para o Rio de Janeiro, que as sete maiores fortunas tinham ligação com os negócios mercantis e que representavam o topo da hierarquia econômica. Evidencia-se, então, o papel importante desempenhado pelos negociantes na reprodução do sistema escravista colonial¹³. Embora o mesmo perfil não tenha sido encontrado para a área em estudo, não se pode desconsiderar que a praça do Rio de Janeiro “era uma área privilegiada para as operações das produções coloniais voltadas para o abastecimento interno”¹⁴, assim como o seu papel articulador e integrador com outras áreas escravistas, incluindo o sul de Minas, era inegável.

Considerando a importância dos ativos na composição das fortunas, constata-se, na tabela IX, que os três ativos de maior importância na composição da fortuna dos proprietários sul-mineiros eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas¹⁵. Somente no primeiro subperíodo é que se verifica uma pequena alteração, ou seja, os valores correspondentes aos imóveis rurais superam os valores investidos em escravos. Pelo menos duas explicações podem ser sugeridas para esta variação.

¹³ Ver FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura...*, pp. 313-314. Afonso Alencastro encontra situação semelhante para a Vila de São João del Rei, onde 31 negociantes grossistas concentravam grande parte da riqueza em imóveis urbanos, controlavam o crédito e financiavam parte da produção agropastoril. Cf. *A Princesa do Oeste...*, pp. 91-92.

¹⁴ FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura...*, p. 307.

¹⁵ Quase a totalidade dos trabalhos que discutem a composição das fortunas através dos inventários constata a importância destes três ativos. O que muda é a ordem que cada ativo possui no conjunto das fortunas analisadas. Com pequenas variações, alguns trabalhos referentes a outras áreas escravistas do Império encontraram um quadro semelhante ao da região em estudo. Zélia Cardoso de Mello, ao analisar a composição da riqueza dos proprietários paulistas, constatou que, pelo menos até 1860, escravos, dívidas ativas e imóveis eram os ativos mais importantes, oscilando a ordem de acordo com a faixa de riqueza. Ver MELLO, Zélia C. *Metamorfoses da riqueza...*, pp. 94-98. Kátia Mattoso, ao estudar a Província da Bahia, também constata a importância destes três ativos na fortuna dos baianos, principalmente aquelas categorias relacionadas ao mundo agrário, como os senhores de engenho e os proprietários agrícolas. Ver *Bahia, século XIX...*, pp. 629-630. A mesma ordem de importância destes três ativos foi constada para a Comarca do Rio das Mortes e de Vila Rica. Ver ALMEIDA, Carla M. *Homens ricos...*, pp. 172-175. Quando a autora analisa especificamente a composição da riqueza entre os homens mais abastados, esta ordem muda, ou seja, eles são detentores do crédito e as dívidas ativas ocupam o primeiro lugar na opção de investimento, seguidas pelos imóveis e, em último lugar, os escravos. Já Afonso Graça Filho, ao analisar a fortuna dos 103 maiores fazendeiros sanjoanenses, constata que os imóveis representavam uma fatia maior dos bens, em segundo lugar estavam os escravos. Ver *A Princesa do Oeste...*, pp. 153-154.

Tabela II
Composição da riqueza (em mil réis), nos inventários de Campanha – (1803-1865)

Ativos	1803-1831		1832-1850		1851-1865	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dinheiro	1.280\$554	1,23	33.345\$718	2,22	44.111\$410	2,13
Ações					60.560\$000	2,93
Metais Preciosos	180\$015	0,17	201\$700	0,01	10.628\$470	0,52
Jóias	253\$290	0,24	1.168\$190	0,08	2.123\$425	0,10
Utensílios, Móveis e Ferramentas	1.829\$240	1,76	34.450\$959	2,30	25.704\$712	1,25
Comércio					3.916\$282	0,19
Produção, Plantações e Mantimentos	1.840\$000	1,77	31.255\$310	2,08	42.606\$880	2,07
Animais	3.937\$600	3,78	69.848\$060	4,65	98.147\$620	4,76
Escravos	36.116\$750	34,71	530.368\$610	35,34	819.445\$096	39,73
Imóveis Rurais	40.387\$716	38,81	454.803\$103	30,30	618.120\$099	29,97
Imóveis Urbanos	1.505\$000	1,45	44.237\$054	2,95	31.742\$000	1,54
Dívidas Ativas	8.071\$445	7,76	233.756\$963	15,57	242.282\$666	11,75
Dotes	8.662\$800	8,32	67.607\$673	4,50	63.076\$211	3,06
Totais	104.064\$410	100,0	1.501.043\$340	100,00	2.062.464\$871	100,00
Total de Inventários	6		32		26	

Fonte: ver tabela I.

Em primeiro lugar, porque o preço médio de um escravo em idade adulta (15 a 44 anos) era bem menor que nos períodos subseqüentes, portanto, representando um peso menor na composição da riqueza. E, em segundo, pelo número bem inferior dos inventários existentes para o primeiro subperíodo, de acordo com a amostra selecionada. Nos subperíodos seguintes, a conjuntura internacional – desfavorável ao tráfico – e a sua posterior abolição certamente contribuíram para a elevação do preço do escravo, fazendo com que este ativo representasse valores percentuais cada vez maiores na composição das fortunas, ou seja, 35,33% e 39,73%, respectivamente.

Segundo Afonso Alencastro Graça Filho, na Comarca do Rio das Mortes, um escravo em idade adulta (entre 15 e 45 anos) valia em média 378\$041 (trezentos e setenta e oito mil, quarenta e um réis) nos primeiros cinco anos da década de 1830 e, no quinquênio da década de 60, chegou ao patamar de 1:378\$333 (um conto, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e três mil réis)¹⁶.

¹⁶ O autor chega a esta conclusão ao fazer um estudo dos preços dos cativos através dos inventários. Optei por não fazer análise semelhante, por acreditar que estes valores apresentariam pouca variação, uma vez que estou trabalhando com o mesmo período e em uma área relativamente próxima à sede da Comarca do Rio das Mortes. Nos outros subperíodos, o autor encontrou a seguinte média: 1841-1845 (585\$197); 1851-1855 (766\$404). Ver GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste...*, p. 266.

Em relação ao peso que representavam as dívidas ativas no total da riqueza, há um consenso entre os estudiosos do tema sobre a escassez de circulação de moedas e a frágil liquidez da economia colonial e também para boa parte do período imperial, pelo menos até a primeira metade do século XIX. Trata-se de uma economia com traços pré-industriais e mercado restrito, como afirma João Luiz Fragoso. Daí a importância desempenhada pelo setor mercantil, representado pelo comércio e pelas dívidas ativas¹⁷. Em Campanha, os percentuais relativos a metais preciosos e jóias nunca ultrapassaram o percentual de 1%, nos três subperíodos. Somente a partir da década de 30 é que o dinheiro (em notas ou moedas) ultrapassa o percentual de 2%. E será somente a partir da segunda metade do século XIX que encontrarei dois proprietários investindo em ações, seja do Banco do Brasil ou em companhia de Mineração. Como já mencionado, a baixa liquidez e a escassa circulação de moedas justifica a existência de percentuais tão modestos.

Quanto aos imóveis, representavam o segundo item mais importante da fortuna dos sul-mineiros. Optei por separar as sedes das propriedades rurais das “casas na vila ou no arraial”, para perceber a importância que o segundo tipo de residência teve ao longo do período em estudo. Embora não haja alteração significativa nos percentuais, é a partir da década de 30 que os imóveis urbanos passam a ter uma representação maior, denotando a importância que a sede da Vila da Campanha adquire neste período. É também a partir desta época que as residências localizadas nas ruas principais da vila atingem um preço mais elevado. Nas primeiras décadas do século XIX, uma casa no largo da matriz custava em torno de 800\$000 (oitocentos mil réis)¹⁸ e, em 1846, uma morada de casas no mesmo local podia custar até 8.400.000 (oito contos, quatrocentos mil réis)¹⁹.

O plantio de cana e a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram a sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Alguns deles também plantavam fumo e até mesmo um pouco de café. Em termos percentuais, estes ativos representaram pouco na composição da riqueza, mas constituíam a vida das fazendas. Era em torno destas atividades que se montava a estrutura das grandes unidades escravistas, fazendo surgir as “casas de vivenda”, as senzalas, as benfeitorias (moinhos, monjolos, engenhos, paióis, casas de tropa...) e as plantações. Para sua execução, a mão-de-obra escrava foi fundamental. Parte do excedente, seja da produção açucareira ou da criação de animais, podia ser comercializada nos mercados locais, regionais ou mesmo fora da província.

¹⁷ Ver FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura...*, p. 306. Para uma discussão sobre o grau de endividamento e o papel do crédito em Minas, ver os seguintes autores: BOXER, Charles R. *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; CHAVES, Cláudia. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999.; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.; SILVEIRA, Marco Antônio da. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1998; ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos...*; GRAÇA FILHO, Afonso A. *A Princesa do Oeste...*

¹⁸ Centro de Memória Cultural do Sul de Minas - CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de dona Ana Bárbara Firmina de Oliveira (1816), cx. 02.

¹⁹ *Idem*, Inventário *post mortem* do vigário José de Souza Lima (1846), cx. 18. Evidentemente, não tenho maiores detalhes sobre as características das construções, mas posso supor que a residência do vigário fosse um sobrado de alguma importância na vila, inclusive pelo alto valor de sua avaliação. Para algumas considerações sobre a crescente urbanização da vila de Campanha, ver *Elites Regionais..* capítulos I e III.

3. Produção fabril e “casas de negócio”

Consultando a relação de engenhos e casas de negócios de 1836, pude perceber que a importância do comércio está sub-representada nos inventários encontrados para o período. Na sede da Vila da Campanha, por exemplo, existiam 55 “casas de negócio”, assim discriminadas: sete lojas de fazendas secas, gêneros importados e aguardente, duas de fazendas secas e gêneros importados, dez que comercializavam somente fazendas secas, uma de gêneros importados, 15 de gêneros importados e aguardente e 20 que vendiam somente aguardente. Além disto, havia 28 casas que vendiam aguardente nas estradas dos distritos pertencentes à vila²⁰. Estes números indicam a articulação entre o setor produtivo e o comércio, já que a produção dos engenhos era comercializada nos inúmeros estabelecimentos à beira das estradas que interligavam as fazendas, os arraiais e as vilas e também os caminhos para as Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Certamente, grande parte da produção dos 11 engenhos de Campanha era comercializada nestes estabelecimentos comerciais. Para o ano de 1856, há informação de 78 engenhos para todo o termo da vila, sendo 28 movido à água²¹. As lojas de fazendas secas e gêneros importados localizavam-se na sede da vila e atendiam às demandas cada vez mais crescentes dos que podiam comprar toda sorte de artigos importados procedentes da Corte²².

Outros distritos importantes pertencentes ao Termo de Campanha apresentaram um quadro semelhante ao descrito acima. No Distrito de Bom Jesus do Lambari, havia 22 casas de negócio e mais sete à beira de estradas²³. O Distrito de São Gonçalo da Campanha era o maior produtor de açúcar, aguardente e rapadura da região e possuía um grande número de engenhos, inclusive os mais bem equipados. Em 1836, contavam-se 11 engenhos, sendo que quatro eram movidos por força hidráulica e o restante, por bois²⁴. A articulação entre o setor produtivo e o comercial pode ser constatada pelo número de casas que vendiam a aguardente simples. Representavam um total 48 estabelecimentos, sendo que 19 estavam localizados dentro da povoação, e o restante, fora do arraial, certamente nos caminhos e nas estradas que interligavam as vilas e as praças comerciais da província e mesmo fora dela. A produção dos engenhos sul-mineiros poderia estar voltada para o consumo interno, sendo comercializada nas praças locais e regionais. Segundo Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, os engenhos mineiros podiam ser classificados de duas formas: os que desempenhavam uma atividade complementar na unidade produtiva, geralmente voltados para o consumo interno e a comercialização do excedente em mercados locais, e os que constituíam a atividade central da fazenda, detinham tecnologia mais avançada e podiam ser similares aos das áreas agroexportadoras²⁵.

Estas relações têm que ser compreendidas numa perspectiva mais ampla, ou seja, havia uma articulação entre as atividades voltadas para o abastecimento interno e as de exportação, compreendida aqui não só em relação à praça carioca, mas também de produtos voltados para o mercado internacional, como o tabaco. Estas atividades não

²⁰ Arquivo Público Mineiro - APM, Relação dos engenhos e das casas de negócios de 1836. SP PP 1/6.

²¹ *Idem*, Relatório da Câmara Municipal de Campanha, datado de 20/02.1857, em resposta à circular do governo da província sobre o estado da “indústria” da mineração, agrícola e fabril. SP 655.

²² A respeito, ver *Elites Regionais...* cap. III.

²³ APM, Relação dos engenhos e das casas de negócios de 1836 para o Distrito de Bom Jesus do Lambari. SP P 1/6, cx. 05.

²⁴ *Idem*, Relação dos engenhos e das casas de negócios de 1836 para o Arraial de São Gonçalo da Campanha. APM, SP PP P1/6, cx. 05.

²⁵ Ver. PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo. “Engenhos e casas de negócios na Minas Oitocentista”. In *Anais do VI Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992, pp. 29-52. p. 33, nota 9.

estavam dissociadas e faziam parte de um complexo agroexportador, que possuía seus efeitos multiplicadores na economia local e na regional, como defende Robert Slenes, e garantia a reprodução e a ampliação do sistema escravista²⁶. Como afirmou o autor, na década de 80, “sem pesquisa em arquivos locais só podemos especular sobre os efeitos multiplicadores da economia de exportação de Minas”²⁷.

Um dos objetivos da pesquisa consistiu em perceber as relações entre as atividades voltadas para o abastecimento interno e a economia de exportação, a partir da análise da documentação regional. No Distrito de Pouso Alto, por exemplo, uma povoação localizada numa área estratégica, onde os caminhos em direção à Corte e à Província de São Paulo se entrecruzavam, havia somente um engenho, mas o número de casas que vendiam aguardente da terra e do reino e fazendas secas era muito expressivo. Naquela localidade, havia quatro casas de negócio, que vendiam fazendas secas e molhados, duas exclusivas de fazendas secas e 26 que comercializavam aguardente da terra. Certamente, parte da produção da Vila de Campanha poderia estar direcionada para locais relativamente próximos, como Pouso Alto, e o fluxo de tropeiros e comerciantes em direção à praça carioca justificava a existência de tantas vendas à beira das estradas e o papel importante que elas desempenharam na economia local e regional.

Existem vários estudos que dão conta da dinâmica do comércio regional das Minas e de outras regiões do Império, que apresentam um cenário semelhante. Algumas tipologias já foram estabelecidas no sentido de identificar os principais ramos de comércio e, respectivamente, os seus agentes principais. Sheila de Castro Faria encontrou a seguinte hierarquia mercantil para a região de Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, século XVIII: no topo, encontravam-se os usurários exclusivos (sem mercadorias), seguidos pelos negociantes de fazenda/usurários e a base era formada pelos pequenos comerciantes (vendedores, mascates e pequenos lojistas). A liquidez do mercado regional estava na mão dos usurários e dos comerciantes de fazenda, que bancavam a manutenção e a reprodução da lavoura e da indústria açucareira e das atividades pastoris ou investimentos em bens agrários.

A agroindústria açucareira da região foi resultado direto do investimento de capital por parte de grandes comerciantes, alguns da praça do Rio de Janeiro. O mercado matrimonial também acabou desempenhando um papel importante para a mudança de *status* socioeconômico, ou seja, a passagem do comerciante a lavrador/senhor de engenho²⁸.

Para o caso de Minas Gerais, podemos situar as contribuições de Cláudia Chaves, na busca de estabelecer uma tipologia dos agentes do comércio na região. Os comerciantes do mercado mineiro estavam divididos em duas categorias: volantes e fixos. Os volantes constituíam um grupo diversificado, formado por tropeiros, comboieiros (secos e molhados, cavalos, bestas e escravos), boiadeiros, mascates e as negras de tabuleiro. Os quatro primeiros percorriam grandes distâncias e passavam

²⁶ Ver SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas, Cadernos IFCH UNICAMP, 1985; Ver também LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979 e FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura...*

²⁷ SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes...*, p. 461.

²⁸ Em proporções menores, a autora identifica o mesmo fenômeno constatado por João Luiz Fragoso para a área urbana do Rio de Janeiro, ou seja, a grande maioria das fortunas tinha origem no comércio. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, ver cap. III, pp. 163-206.

pelos postos fiscais. Os comerciantes fixos eram formados pelos vendeiros, lojistas e comissários (abastecidos por tropeiros, produtores rurais e artesãos mineiros)²⁹.

Afonso Alencastro Graça Filho apresenta alguns dados expressivos sobre a atuação dos negociantes na Comarca do Rio das Mortes, mais precisamente no Termo de São João del Rei. Ao analisar a fortuna dos 31 negociantes grossistas da região, no século XIX, o autor chega às seguintes conclusões: dos 23 de que foi possível saber a naturalidade, 11 eram de origem portuguesa. O grande negociante poderia ser também um fazendeiro, pois 12 deles eram proprietários de imóveis rurais. Por outro lado, os negociantes não eram grandes fazendeiros, uma vez que o investimento de capitais estava, em grande parte, alocado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas, e não em atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos). A busca do ideal aristocrático se verifica no controle social do crédito e na obtenção de títulos nobiliárquicos ou militares³⁰.

Para o sul de Minas, existiria alguma diferença marcante em relação à tipologia encontrada para outras regiões da província e, mesmo, do Império? De modo geral, o quadro traçado até o momento não aponta grandes divergências, mas algumas diferenças já foram registradas, principalmente no que se refere à concentração da riqueza, à categoria socioeconômica e às atividades econômicas predominantes. Pretendo discutir melhor o funcionamento destas unidades produtivas, a importância dos engenhos e do cultivo do tabaco, sua produção e comercialização, com o objetivo de detectar as semelhanças com os estudos realizados até então e também as especificidades regionais.

Embora o número de inventariados qualificados como comerciantes seja bastante reduzido, um olhar mais atento sobre os indícios encontrados em seus espólios demonstra a importância do comércio, sua articulação com o setor produtivo e as principais opções de investimento. Vejamos, com maior detalhe, os bens dos três indivíduos qualificados como comerciantes.

Luíza Amália de Lemos teve seu inventário realizado em 1843. Moradora no Arraial de São Gonçalo da Campanha, possuía 21 escravos, uma propriedade rural, avaliada em 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis), mas grande parte dos seus bens se localizava na sede do arraial. Também possuía uma morada de casa de sobrado, avaliada em 8:000\$000 (oito contos de réis), e um estabelecimento onde funcionava uma fábrica de chapéus. Trata-se da conhecida fábrica de chapéus de São Gonçalo, pertencente ao Barão do Rio Verde, Tenente João Antônio de Lemos, seu esposo, que, na época, foi seu inventariante, sendo a fábrica muito citada na literatura memorialista do sul de Minas. Os louvados foram generosos ao descrever alguns dos objetos e materiais que constavam no armazém onde funcionava a fábrica: 2.769 chapéus avaliados em 8:526\$120 (oito contos, quinhentos e vinte e seis mil e cento e vinte réis); peles de lebre e de coelho avaliadas em 3:134\$271 (três contos, cento e trinta e quatro e duzentos e setenta e um réis); 400 peças de cadarço e 108 côvados de seda para forros. Ao que parece, o proprietário da fábrica possuía um grife própria que identificava os artigos produzidos no seu estabelecimento, pois foram arroladas nada menos que 4.500 marcas para chapéus³¹.

João Antônio de Lemos era o filho mais velho de Rodrigo Antônio de Lemos, emigrante português que se estabeleceu e constituiu família no Arraial de São Gonçalo,

²⁹ Ver CHAVES, Cláudia M. *Perfeitos negociantes*, pp. 50-61. Ver também FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio...*, especialmente o capítulo IV, e FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio/EdUNB, 1993.

³⁰ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste...*, pp. 101-112.

³¹ CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de Luíza Amália de Lemos (1843), cx. 15.

na segunda metade do século XVIII. Também teve importante atuação política no cenário regional. Foi vereador em Campanha, deputado provincial e, depois, deputado no parlamento nacional e recebeu o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Integrava o grupo que pleiteava a criação da Província de *Minas do Sul*, projeto defendido pelos Veiga e outros proprietários e políticos sul-mineiros, em meados da década de 1850. Teve um fim trágico, sendo assassinado pelo esposo de sua neta, o Dr. Joaquim Gomes de Souza, afamado médico de Campanha. Segundo seus biógrafos, o médico campanhense começou a mostrar insanidade mental depois que sua esposa havia tido nove filhos. Tinha exagerados ciúmes da esposa, “a quem prendia, pelas longas tranças à gaveta de uma cômoda, levando a chave quando saía”. Dona Adelaide conseguiu mandar uma carta ao avô, relatando os fatos e acabou separando-se do esposo e passou a residir no solar do barão. Depois de certo tempo e aparentemente conformado com a situação, o médico procurou o barão para uma reconciliação. Este lhe sugeriu que se mudasse para São Gonçalo, para que ali pudesse clinicar. No dia 30 de dezembro de 1864, quando João Antônio de Lemos saiu de seu solar para visitar o seu amigo, o Comendador Francisco de Paula Bueno da Costa, foi assassinado com nove facadas nas costas, quando atravessava o largo da Matriz³².

Parece que sua manufatura de chapéus consistia numa das principais atividades de transformação que detinha alguma importância no termo da vila³³. Do total de escravos, alguns tiveram sua profissão declarada, denotando a sua utilização no serviço da fábrica: três chapeleiros e duas costureiras. Esta constatação se torna mais explícita nas listas nominativas de 1831/32, pois João Antônio de Lemos aparece qualificado como proprietário de uma fábrica de chapéus, com um total de 24 cativos, sendo que sete eram chapeleiros, cinco cardadores e três costureiras, além de um escravo sapateiro, dois pedreiros e mais cinco que trabalhavam na mineração. Havia também três homens livres, de cor branca, que trabalhavam como chapeleiros e cardadores³⁴. Ao que tudo indica, a produção da fábrica tinha como mercado principal a praça carioca. Num relatório enviado pela Câmara Municipal de Campanha ao Conselho do Governo, em 1857, o empreendimento foi descrito com maiores detalhes, incluindo informações sobre a quantidade de chapéus produzidos por ano e o valor bruto da produção.

³² Ver ALMEIDA, Antônio da Rocha. “João Antônio de Lemos. Barão do Rio Verde”. Belo Horizonte, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. X, 1963, pp. 339-344.

³³ No *Almanach sul-mineiro*, de 1884, editado por Bernardo Saturnino da Veiga, a fábrica ainda continuava em funcionamento e foi assim descrita: “Existe em São Gonçalo uma fábrica de chapéus, a primeira de Minas, e uma das primeiras do Império, fundada em 1825 pelo Barão do Rio Verde; este importante estabelecimento ainda subsiste, sob a direção do distinto major Francisco Bernardes de Lemos e Silva”. In VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanach sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884. p. 188. Para uma discussão sobre as atividades de transformação na Província de Minas Gerais, ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

³⁴ APM, Listas Nominativas de 1831/32, Termo de Campanha.

A indústria fabril neste município acha-se até agora limitada à uma fábrica de chapéus finos em S. Gonçalo, ocupa ela de 24 pessoas entre livres e escravos no seu estado efetivo, recebendo do estrangeiro as matérias primas para alimentar o fabrico dos chapéus. O número que fabrica por ano tem regulado nestes últimos dois anos de 8 a 9 mil. A importância de seu produto regula, uns pelos outros, em 24.000\$000 réis [vinte e quatro contos de réis], sujeito aos gastos dos materiais e do pessoal empregado no seu fabrico³⁵.

A importância da atividade comercial aparece no percentual que as dívidas ativas representavam no total da fortuna acumulada até aquela data (50%) e também no valor do dinheiro em espécie, ou seja, 15.873\$000 (18%) (quinze contos, oitocentos e setenta e três mil réis). Outros indícios claros aparecem nas conexões que a família tinha com a praça do Rio de Janeiro e mesmo com negociantes brasileiros em praças européias. É o caso de José Lúcio Correia, negociante brasileiro em Paris, que devia ao casal a quantia de 1.440\$000 (um conto, quatrocentos e quarenta mil réis) por uma letra de câmbio sacada por Warre Ford & Cia. contra Warre Brethans, de Londres. Também há menção a uma dívida no Rio de Janeiro, no valor de 216\$000 (duzentos e dezesseis mil réis), em poder de Moreira Pinto. As conexões com a praça carioca também aparecem nas dívidas passivas, que representavam 15% do valor total dos bens avaliados. Algumas dívidas são relativas aos herdeiros, mas pelo menos duas, de grande porte, estavam provavelmente relacionadas à compra de matéria-prima para a fabricação dos chapéus produzidos em São Gonçalo. O casal devia 4.100\$000 (quatro contos e cem mil réis) a Tomás José de Castro e 928\$600 (novecentos e vinte oito mil, seiscentos réis) a Blafs & Tesche, provavelmente uma casa comercial da Corte³⁶.

Domingos de Oliveira Carvalho teve seus bens arrolados em 1851. Era proprietário de uma chácara no subúrbio da Vila da Campanha, onde, provavelmente, criava as poucas cabeças de gado que possuía, a que se somava também uma morada de casas de vivenda e outra para negócios, localizadas na Rua do Fogo, na sede da vila. Além de ter casa de negócio anexa à de morada, também havia rancho e quartos, que provavelmente seriam alugados para tropeiros, em passagem pela vila. O inventário não dá maiores detalhes sobre que tipo de atividade desenvolvia, mas, consultando a relação de casas de negócios, tive oportunidade de localizá-lo 15 anos antes, como dono de uma loja de fazendas secas³⁷. A importância que a atividade comercial representou na acumulação da fortuna pode ser inferida a partir do volume das dívidas ativas e dos bens que foram transmitidos à herdeira, dona Escolástica. Por ocasião de seu casamento, recebeu quantia em dinheiro no valor de 2.000\$000 (dois contos de réis), relativa a um ano de negócios. As dívidas ativas correspondiam a 13.514\$062 (treze contos, quinhentos e quatorze mil, sessenta e dois réis), ou seja, 67% do valor dos bens inventariados. Trata-se de um negociante que se dedicava ao comércio de loja, como acabei de mencionar³⁸.

Em 1860, foi realizado o inventário da esposa do Comendador Francisco de Paula Bueno da Costa, morador no Arraial de São Gonçalo da Campanha, detentor da maior fortuna encontrada para a região, ou seja, 281.690\$482 (duzentos e oitenta e um

³⁵ *Idem*, Reposta da Câmara Municipal da Campanha à circular datada de 04/11/1856 sobre o estado da indústria de mineração, agrícola e fabril, do comércio e do estado sanitário do município. SP 655.

³⁶ CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de Luíza Amália de Lemos (1843), cx. 15.

³⁷ APM, Relação dos engenhos e das casas de negócios de 1836 para a Vila da Campanha. SP PP 1/6, cx. 06.

³⁸ CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de Domingos de Oliveira Carvalho (1851), cx. 25.

contos, seiscentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e dois réis)³⁹. De fato, tratava-se de um grande comerciante que, além de uma casa de negócios de fazenda seca⁴⁰, possuía expressiva quantidade de dinheiro em espécie, grande valor em ações e, evidentemente, em dívidas ativas. Vejamos com mais detalhe a sua fortuna, amealhada ao longo da primeira metade do século XIX.

Pela Tabela X, percebe-se que a ordem dos ativos mais importantes corresponde às dívidas ativas – escravos e ações, quase idênticos em termos percentuais. Somando o valor dos bens em dinheiro com o das ações, chega-se a um percentual um pouco superior ao das dívidas ativas, portanto, mais de 60% dos bens do comerciante eram constituídos por dinheiro, ações e dívidas ativas. Do volume investido em ações destacam-se 20:000\$000 (vinte contos de réis) na Sociedade Mauá Macgregor e 10:000\$000 (dez contos) no Banco do Brasil⁴¹. Possuía um grande número de devedores, ou seja, nada menos que 236 pessoas lhe deviam algum dinheiro. Esta ordem de importância dos ativos indica que Francisco de Paula Bueno da Costa poderia estar controlando parte do crédito na região⁴².

Tabela III
Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada pelo comerciante Francisco de Paula Bueno da Costa - 1860

Ativos	Valor	%
Dinheiro	30.200\$000	10,7
Ações	60.000\$000	21,3
Metais Preciosos	505\$120	0,2
Jóias	306\$400	0,1
Utensílios, Móveis e Ferramentas	1.181\$840	0,4
Comércio	3.916\$282	1,4
Produção, Plantações e Mantimentos	260\$000	0,1
Animais	2.230\$000	0,8
Escravos	61.600\$000	21,9
Imóveis Rurais	12.113\$352	4,3
Imóveis Urbanos	21.142\$000	7,5
Dívidas Ativas	88.235\$488	31,3
Total (monte-mor bruto)	281.690\$482	100,0

Fonte: CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de Alexandrina Justiniana da Silveira Bueno (1860), cx. 35.

³⁹ O comendador atuou na política local, sendo vereador em Campanha, entre 1841 e 1844. CEMEC-SM, Atas da Câmara Municipal de Campanha, CAMP LAC 04. Faleceu em São Gonçalo, no dia 17 de setembro de 1869. Segundo Bernardo Saturnino da Veiga, o comendador teve no comércio a origem de sua “grande fortuna, a que sempre deu o melhor emprego”. In *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 107.

⁴⁰ Na relação das casas de negócio de 1836, seu nome também aparece como negociante de fazenda seca. Ver Relação de engenhos e casas de negócios de 1836 para o arraial de São Gonçalo. APM, SP PP 1/6, cx. 05.

⁴¹ Seu nome aparece na relação dos acionistas do Banco do Brasil, publicada em julho de 1857. Cópia de documento gentilmente cedida pelo professor Carlos Gabriel Guimarães.

⁴² Os vários trabalhos já citados apresentam quadros semelhantes. Ver FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura...*; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento...*; MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX...*; ALMEIDA, Carla. *Homens ricos...*; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste...*, entre outros.

Incluindo também os valores correspondentes às fazendas secas e aos imóveis urbanos, a cifra atinge 72,2% dos seus bens, ou seja, 203.493\$770 (duzentos e três contos, quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e setenta réis) estavam ligados às atividades mercantis. De seus imóveis existentes no arraial, além do sobrado de morada, localizado no largo da matriz, alguns estavam alugados para outras pessoas, que se dedicavam ao pequeno comércio, como Hermenegildo Luiz, dono de uma botica. Também era proprietário de uma morada de casas de sobrado, na Vila de Campanha.

Quanto a seus imóveis rurais, possuía várias partes em fazendas, obtidas por herança, além da compra de outras. Também tinha algumas lavras e terras minerais, todas localizadas no arraial de São Gonçalo. Embora grande parte de seus bens esteja relacionada às atividades mercantis, era dono de grande escravaria, 48 no total. Não tenho maiores informações sobre sua trajetória individual e familiar, mas o localizei em 1831/32, com 36 escravos e mais 14 pessoas de cor branca, habitando a mesma residência, sem especificar a relação de parentesco com o chefe do fogo. Todos os seus escravos têm a ocupação declarada, sendo que a maioria dos homens (18) estava empregada na atividade mineradora e sete mulheres eram costureiras. Nesta época, com 36 anos de idade, o nosso personagem já tinha no comércio a sua principal atividade, pois foi qualificado como negociante (negócio, loja, negócio de feitos da terra)⁴³.

O que estes casos ilustram sobre o comércio no sul de Minas? Foi possível identificar pelo menos três tipos de comerciante: os que atuavam diretamente na produção/transformação e comercialização, os que se dedicavam ao pequeno comércio de loja e o grande comerciante, que atuava em áreas diversas, além do pequeno comércio, que pode ser enquadrado como *negociante de grosso*, como, por exemplo, o caso apresentado acima, do comendador Francisco de Paula Bueno da Costa.

4. Fazendeiro/negociante

Neste tópico, procurarei analisar mais detalhadamente o funcionamento de duas unidades escravista buscando identificar não só as opções de investimentos, mas também a relação de complementaridade existente entre as atividades agrárias e as mercantis.

Esta questão foi colocada de maneira bem apropriada por Alcir Lenharo, quando descreve a relação de proprietários de terra/tropeiros para o sul de Minas, área tradicionalmente ligada ao abastecimento da Corte, especialmente a partir da primeira metade do século XIX. “(...) o tropeiro aparece como um prolongamento da categoria social matriz – proprietário de terras – já que, freqüentemente, além de dar conta da produção, o proprietário é ele mesmo o comercializador dos seus próprios produtos”⁴⁴.

Em 1851, o Alferes Luis Gonzaga Branquinho, morador na fazenda da Serra, Freguesia do Rio Verde, havia acumulado uma fortuna considerável, resultado do cultivo da cana-de-açúcar e da produção de seus derivados. Embora não haja menção explícita à produção de açúcar, rapadura e/ou aguardente, vários utensílios, ferramentas e benfeitorias comprovam a importância que esta atividade representava naquela unidade produtiva. Pipas, tachos, foices de cortar cana, alambique, engenho de cilindros

⁴³ Esta classificação vem descrita no código de profissões para consulta do banco de dados sobre as listas nominativas de 1831/32 do Arquivo Público Mineiro, elaborado por Clotilde Paiva, CEDEPLAR/UFMG.

⁴⁴ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação...*, p. 32. Esta relação também é percebida por outros autores para outras localidades do Império. Cf. FARIA, Sheila de Castro. “Fortuna e Família em Bananal no Século XIX”. In *Resgate: uma Janela para o Oitocentos*. MATTOS, Hebe Maria e SCHNOOR, Eduardo. (Orgs.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 78.

para moer cana estavam entre os bens arrolados. Possuía ainda dois canaviais, um em ponto de moer, avaliado em 1.000\$000 (um conto de réis) e um novo, de 200\$000 (duzentos mil réis). A diversificação das atividades estava presente no cultivo de alimentos e na criação de animais. Havia 30 carros de milho velho, que certamente estavam depositados no paiol, e 65, na roça, para serem colhidos. Também possuía 60 alqueires de feijão e uma plantação de algodão. A criação de animais também era expressiva: 269 cabeças de gado vacum, além de 29 bois de carro, 26 animais cavalares, 24 bestas, sendo que 17 estavam arreadas, e 188 cabeças de porcos⁴⁵.

Tabela IV
Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada pelo dono de engenho Luiz Gonzaga Branquinho - 1851

Ativos	Valor	%
Dinheiro	650\$000	1
Metais Preciosos	3\$900	0
Jóias	98\$500	0
Utensílios, Móveis e Ferramentas	1.268\$500	1
Produção, Plantações e Mantimentos	1.688\$000	2
Animais	7.525\$000	7
Escravos	20.375\$000	18
Imóveis Rurais	74.360\$000	67
Imóveis Urbanos	2.300\$000	2
Dívidas Ativas	1.961\$360	2
Total (monte-mor bruto)	110.230\$260	100

Fonte: CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de Luiz Gonzaga Branquinho (1851), cx. 25.

Pela tabela acima, pode-se constatar que grande parte de sua fortuna estava nos imóveis rurais e em escravos. Mais de 60% do valor dos seus bens estavam investidos na fazenda da Serra. Não tenho informação sobre o tamanho da propriedade, mas o valor da avaliação demonstra a sua importância, ou seja, nada menos que 70.000\$000 (setenta contos de réis). As benfeitorias, como a casa de vivenda, o engenho, o moinho, o paiol, o monjolo e as senzalas foram avaliadas em 3.6000\$000 (três contos e seiscentos mil réis). A posse de 56 cativos demonstra a grande necessidade de braços que a produção dos engenhos exigia. Como a maioria dos fazendeiros daqueles tempos, o alferes também possuía uma morada de sobrado na rua principal do arraial. Além desta, tinha uma outra, no Distrito de Águas Virtuosas da Campanha (atual Lambari). O percentual relativo à criação de animais também é significativo e confirma a necessidade de reposição dos animais de tração para o funcionamento dos engenhos. O número de bestas arreadas sugere que parte da produção poderia ter como destino os mercados regionais e, possivelmente, o de outras províncias.

A necessidade de animais de tração para o funcionamento dos engenhos e a criação de porcos para o consumo interno justificavam a necessidade de o grande senhor de engenho dedicar-se também à pecuária⁴⁶. Neste caso específico, o caminho para o

⁴⁵ CEMEC-SM, Inventário de Luiz Gonzaga Branquinho(1851), cx. 25.

⁴⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, pp. 245-249.

enriquecimento girava em torno da produção de açúcar, rapadura e aguardente e, provavelmente, de sua comercialização em mercados locais e regionais.

Francisco Machado de Azevedo, detentor da maior fortuna localizada para um senhor de engenho, também acumulou grande parte de sua riqueza a partir da produção e da comercialização de derivados da cana-de-açúcar. Era proprietário da fazenda de Santa Rita dos Pinheiros, no Arraial de São Gonçalo e, quando morreu, possuía uma fortuna avaliada em mais de 220.000\$000 (duzentos e vinte contos de réis).

Tabela V
Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada pelo dono de engenho
Francisco Machado de Azevedo - 1860

Ativos	Valor	%
Dinheiro	700\$000	0,31
Metais Preciosos	102\$720	0,05
Jóias	160\$000	0,07
Utensílios, Móveis e Ferramentas	1.377\$880	0,62
Produção, Plantações e Mantimentos	6.580\$000	2,95
Animais	13.535\$000	6,07
Escravos	128.190\$000	57,52
Imóveis Rurais	60.150\$000	26,99
Imóveis Urbanos	6.000\$000	2,69
Dívidas Ativas	6.078\$100	2,73
Total (monte-mor bruto)	222.873\$700	100,00

Fonte: CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de Francisco Machado de Azevedo(1860), cx. 35.

As benfeitorias de seu engenho foram relatadas de forma detalhada entre seus bens de raiz: um fábrica de engenho de cana com 2 pipas, uma pipa de 400 barris e outra de 200, quatro caixões de açúcar, 20 barris vazios, 40 formas de fazer açúcar e três tachos de cobre. Estes bens, juntamente com a casa de vivenda, três senzalas, um paiol, uma tenda de ferreiro e uma de marcenaria, além do moinho e dos pilões, foram avaliados em 5.0000\$000 (cinco contos de réis). Um alambique e um paiol tiveram avaliação em separado de 4.000\$000 (quatro contos de réis). A fazenda foi avaliada em 51.000\$000 (cinquenta e um contos de réis). Tinha também uma morada de casas no Arraial de São Gonçalo, avaliada em 6.000\$000 (seis contos de réis)⁴⁷.

Dentre os produtos do engenho só há menção a 50 barris de aguardente, avaliados em 200\$000 (duzentos mil réis). Embora não exista informação sobre a quantidade de açúcar produzido, pela descrição dos objetos e dos equipamentos do engenho, nota-se que era um dos itens produzidos na fazenda. A importância da unidade produtiva também pode ser constatada pelo número de escravos que nela trabalhavam, ou seja, nada menos que 91. Como seus bens foram avaliados 10 anos após a lei que pôs fim ao tráfico internacional de escravos, faz sentido a representação de 57,52% que os escravos tinham em seu patrimônio (ver Tabela VI).

Assim como em outras fazendas, a atividade agropecuária ocupava um espaço importante. Possuía 183 cabeças de gado vacum, além dos 39 bois de carros, 16 bestas, sendo seis delas arreadas, e 180 porcos. Provavelmente, o gado bovino destinava-se ao

⁴⁷ CEMEC-SM, Inventário de Francisco Machado de Azevedo, cx. 35.

serviço de tração e à reposição dos animais, e os porcos, ao consumo interno. A atividade principal deste produtor estava centrada na produção de açúcar, aguardente e rapadura e teria como destino os mercados locais ou regionais.

Como podem ser caracterizadas estas unidades produtivas, que tinham como atividade principal o cultivo da cana e a produção de açúcar e aguardente? A primeira constatação é de que grande parte da fortuna acumulada tinha origem na produção e na comercialização dos produtos dos engenhos e que a criação de gado bovino e suíno fazia parte do empreendimento e era fundamental para a reposição dos animais de tração e para o consumo interno. Parece-me que, nestes casos, trata-se de engenhos mais bem equipados e que, certamente, o destino da produção era a comercialização em mercados locais, constatado pela correlação entre os engenhos e as casas de negócio existentes nas vilas, nos arraiais e à beira das estradas. Será que esta produção atingia outros mercados, principalmente os das Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro? Não tenho como confirmar esta informação, mas, nos mapas de importação e exportação da Capitania de Minas Gerais, analisados por Cláudia Chaves, o açúcar e a aguardente da terra aparecem como itens exportados, tanto para São Paulo, quanto para o Rio de Janeiro⁴⁸.

Os principais registros que ligavam o sul de Minas a outras capitanias eram os seguintes: Mantiqueira, Rio Preto e Itajubá, que constituíam os principais elos de ligação com o Rio de Janeiro. Os Registros de Campanha do Toledo, Jaguari e Jacuí estabeleciam a conexão com São Paulo. Em alguns destes postos fiscais, o açúcar e a aguardente da terra figuravam como itens exportados pelos mineiros. Pelos Registros do Jacuí e do Rio Preto eram exportados açúcar e aguardente da terra e, pelo da Mantiqueira, somente açúcar, embora nunca figurassem como os principais produtos exportados. Independente de a produção atender às necessidades dos mercados locais ou mesmo fora de Minas, o importante é tentar compreender o funcionamento das grandes unidades produtivas, a capacidade de acumulação de riqueza, sem deixar de perceber as suas vinculações com os mercados locais, regionais e, mesmo, com outras províncias do Império.

5. Considerações Finais

As conclusões do estudo indicam que a origem das grandes fortunas estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro também era negociante, pelo menos este foi o quadro que consegui traçar para o sul de Minas Gerais, particularmente na primeira metade do século XIX. O cotidiano das fazendas estava associado ao das vilas, dos arraiais, do comércio à beira de estradas e com outras províncias, como por exemplo, as do Rio de Janeiro e de São Paulo. A dependência dos artigos importados começava pela mão-de-obra, em grande parte, vinda da parte centro-ocidental do continente africano, e passava por várias outras mercadorias, como o sal e os instrumentos agrícolas, fundamentais para tocar os “negócios” das fazendas. Por fim, constatou-se que os três ativos de maior importância na composição da fortuna dos proprietários sul-mineiros eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas.

⁴⁸ CHAVES, Cláudia M. das Graças. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 200.pp. 286-301. Os mapas de importações e exportações mineiras compreendem o período de 1805-1832. No ano de 1815, a Comarca do Rio das Mortes respondia por 31,5% da produção de açúcar da Capitania de Minas com destino ao Rio de Janeiro, ou seja, 4.114 arrobas foram exportadas naquela data. A Comarca de Ouro Preto vinha em primeiro lugar com 37% (4.775 arrobas). *Idem*, p. 303. No final da tese, a autora apresenta tabelas mais detalhadas, onde é possível verificar não só os produtos importados e exportados através de cada registro, mas também o volume, seja em unidades, arrobas, barris ou varas. *Idem*, pp. 324-341.